

# Por Uma *Verità Effetuale Della Cose*: usos da História Antiga no discurso Político de Maquiavel

---

Michelly Pereira de Sousa Cordão

*Universidade Federal de Campina Grande*

Marinalva Vilar de Lima

*Universidade Federal de Campina Grande*

Niccolò Macchiavelli ou, simplesmente Maquiavel, insere-se em meio a jovens de formação humanística, que tinha como característica principal o valor à leitura e à imitação dos autores clássicos. A cidade de Florença, onde Maquiavel nasceu em 1469 e morreu em 1527, experimentava desde o séc. XIV um profundo desenvolvimento da filosofia moral, social e política levado a efeito pelos humanistas, a exemplo de Salutati, Bruni, Poggio, Alberti, Valla, entre outros (SKINNER, 1996). Entre o fim do séc. XIV e o início do XV, a cultura florentina exerceu uma espécie de hegemonia na península itálica, sobretudo em virtude dos valores políticos que aí foram construídos. Salutati e Bruni diziam que Florença era a “pátria ideal” por prezar pela “liberdade” republicana e por ser plena de humanidade (GARIN, 1996, p.24), valores preconizados pelos escritores antigos.

Florença era uma cidade de forte tradição republicana e que desde o séc. XIII vivia em termos legais um regime popular e democrático preenchido por um conjunto de instituições que foram consolidadas nas últimas décadas do séc. XIV. Magistraturas, assembleias e conselhos, cujos membros eram escolhidos por processos eleitorais, existiam para defender as liberdades republicanas. Porém, havia restrições para os eleitores e para os que se candidatavam a algum cargo público. O *popolo* – “artesãos e a pequena e média burguesia” – exercia uma participação mínima, visto que a administração da “república oligárquica” ficava a cargo de membros da “[...] alta burguesia e das grandes famílias aliadas a ela” (LARIVAILLE, 1988, p.20).

Das famílias tradicionais que exerceram poder em Florença, os Médici se destacaram, talvez pelo próprio tempo que se mantiveram na cidade toscana enquanto líderes políticos: do séc. XIII ao XVIII. Já no séc. XIII tem-se notícia de um Médici que foi eleito *gonfaloniere*, cuja

função era presidir a mais alta magistratura, a Senhoria, assim como, chefiar as milícias. Com ascensões e declínios, conquistas e derrotas, retornos e expulsões de Florença, os Médici conseguiram manter sua influência política nessa cidade até o séc. XVIII (HIBBERT, 1993, p.26). Família de ricos mercadores e banqueiros que fez da riqueza a base de seu poder no governo florentino. Nos inícios do séc. XV Florença era tida como a capital financeira da Europa, a sede de dezenas de banqueiros estrangeiros (MARTINES, 2003, p.60), além de sua fama pelo desenvolvimento no campo das artes e das letras.

Por outro lado, alguns dos Médici, como Cosimo e seu neto Lorenzo, o Magnífico, a quem Maquiavel dedicou *O príncipe*, valorizavam as artes e o mundo das letras, demonstrando respeito pela cultura clássica e pelos ideais por esta preconizados (HIBBERT, 1993, p.32). Alberto Tenenti destaca que se Florença não conseguiu concretizar a experiência do estado moderno, superou, por outro lado, as monarquias europeias por seu desenvolvimento no campo das artes e das letras. A experiência do mecenato marcou também a cidade toscana à época do renascimento. Humanistas, escultores, pintores e arquitetos usavam esse caminho para conquistar notabilidade social e, a partir, sobretudo de meados do séc. XV, os Médici começaram a concentrar um grande número de artistas e intelectuais ao seu redor (TENENTI, 1973, pp.98-99).

Adjetivado como “mecenas, colecionador e poeta” por Hibbert (1993, p.135), Lorenzo de Médici destacou-se por seu interesse em constituir um círculo de escritores e artistas com quem costumava se encontrar em suas vilas próximas a Florença. Assume o poder no lugar de seu avô, Cosimo, em 1469, ano de nascimento de Maquiavel, presenciando conspirações de outros troncos familiares, como os Pazzi, seus principais rivais políticos (LARIVAILLE, 1998, p.24). Mas, as tramas políticas não ofuscaram seu desejo em fomentar a arte; com efeito, chegou a fazer usos da mesma para representar seu poder. As conhecidas *Primavera* e *Nascimento de Vênus* de Sandro Botticelli foram por ele encomendadas, assim como, *Palas e o Centauro* que pode ser vista como uma celebração da vitória de Lorenzo sobre os Pazzi em 1478 (HIBBERT, 1993, p.137). Outros exemplos disso são algumas obras de Michelangelo que, logo quando jovem, foi levado por Lorenzo para a residência dos Médici e passou a estudar numa escola de arte criada pelo “mecenas”. Larivaille destaca como o pintor dos afrescos da capela Sistina se dobrou aos serviços dos Médici, lembrando também de Razael Sanzio, cujas obras constituem o exemplo mais evidente da relação arte/política (LARIVAILLE, 1988, pp.185-86).

Havia, também, uma relação muito próxima entre o exercício da política e o movimento humanista, especialmente, o chamado “humanismo cívico”.<sup>1</sup> Os expoentes da humanística florentina, como Salutati, Bruni e Scala, foram chanceleres da república e foi nessa dupla condição que escreveram textos em que conhecimento e ação convergiam-se (GARIN, 1996, pp.26-27). Daí a evocação que faziam da história de Roma recolocada em cena para atuar como exemplo e constituir a base para uma teoria da ação política. Mesclavam o “mito de Roma” ao de Florença, sua herdeira, com o intuito de, nas palavras de Salutati, “fazer reviver em nossos peitos o antigo vigor do sangue itálico”. Prossegue: “Qual é o italiano, qual é o romano que, prezando a virtude e o amor da liberdade, poderá suportar ver tantas cidades nobres, tantos castelos sofrerem a bárbara devastação dos franceses [...]” (SALUTATI *apud* GARIN, 1996, p.27). Recorre à memória romana para inflamar nos homens de seu tempo o desejo por defender as cidades italianas dos estrangeiros, da mesma maneira que, outrora, os romanos teriam derrotado os gauleses, os líbios e demais “bárbaros”.

Para Skinner, os humanistas falavam de uma Florença estável e harmônica, a exemplo de Bruni, que demonstrava um otimismo excessivo em relação à cidade. Fato que, para este autor, tem a ver com a estabilidade que a cidade alcançou após a constituição de 1382, num tempo em que vivia sob domínio oligárquico, com a atuação dos Médici (SKINNER, 1996). Garin destaca o caráter “ideal” de Florença, representada por Bruni como o arquétipo da cidade justa, livre, organizada, harmoniosa e bela (GARIN, 1996, pp.63-64). Trata-se de uma cidade ideal repleta de “ecos platônicos”, porém identificada com uma cidade que existia e que era por Bruni contemplada nos momentos em que lia as obras políticas de Platão e Aristóteles.<sup>2</sup> Portanto, articulava o mundo vivido com um mundo a que pôde ter acesso em virtude de sua formação humanística: os textos clássicos.

Ainda que se distanciando em parte de alguns argumentos desses humanistas do final do séc. XIV e início do XV, sobretudo no que toca à noção de uma “cidade ideal”, Maquiavel apresenta, também, em seus escritos um tipo de conhecimento por ele apreendido “[...] com uma longa experiência das coisas modernas [*cose moderne*] e uma contínua lição das coisas antigas [*cose antiche*]” (MAQUIAVEL, 2007b, p.29). Relação que atravessou sua vida pública e privada desde os primeiros contatos que estabeleceu com obras clássicas ainda quando adolescente, passando pela atuação como chefe da Segunda Chancelaria e como secretário do Conselho dos Dez de

---

<sup>1</sup> Expressão usada por Skinner para distinguir essa fase de um humanismo liderado por Petrarca (séc. XIV) e que não tinha como tema principal os ideais republicanos. O interesse de Petrarca era de cunho literário e tinha como maior objetivo a leitura e a imitação dos clássicos (SKINNER, 1996, p. 106).

<sup>2</sup> Garin faz uso dessa expressão para demonstrar como a Florença de Bruni foi construída a partir da noção de “mundo das idéias” de Platão. Cf.: PLATÃO. **A república**. São Paulo: Difel, 1973.

Florença entre 1498 e 1512 (RIDOLFI, 2003, p.36), até a fase em que foi forçado ao exílio, após ter sido interrogado, preso e torturado pelos Médici sob a acusação de conspiração contra essa família. Queixa-se disso nos *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio* quando comenta que aqueles que governaram Florença entre 1434 e 1494 o fizeram através do terror e do medo que foram disseminados quando voltaram de novo ao poder (em 1512) e “[...] abateram todos os que, segundo aquele modo de vida, se haviam conduzido mal” (MAQUIAVEL, 2007a, p.308).

Maquiavel alcançou um cargo público, num período de entreato republicano (entre 1498 e 1512) em que os Médici encontravam-se exilados de Florença, então governada por um “presidente vitalício”, o gonfaloneiro Piero Soderini, sobre quem tece elogios por ter recolocado a liberdade em Florença após a expulsão dos Médici: “Piero Soderini conseguira grande reputação na cidade de Florença apenas favorecendo o povo [*l’universale*] obtendo assim a fama de amante da liberdade da cidade” (MAQUIAVEL, 2007a, p.150).<sup>3</sup> Caracteriza-o como honesto defensor da liberdade e inimigo dos Médici. Homem de confiança e conselheiro de Soderini, Maquiavel participou de missões na Itália e no estrangeiro contatando o universo da política a partir de uma observação próxima da vida, dos costumes e das disputas por poder no seio de algumas cortes europeias (LARIVAILLE, 1988, p.144). Segundo Ridolfi, a Segunda Chancelaria ocupava-se dos assuntos internos e da guerra, porém essas funções eram variáveis com o tempo e chegavam a se confundir com as atribuições do Conselho dos Dez, do qual Maquiavel se tornou secretário, mas sem alterar suas funções como diplomata e administrador das milícias florentinas (RIDOLFI, 2003, pp.36-37).

Foi durante a atuação nesses cargos públicos que Maquiavel escreveu suas primeiras análises políticas, inscritas nos relatórios que fazia quando enviado para alguma missão, seja na região itálica, seja no estrangeiro. Em 1502, por exemplo, foi enviado para missão diplomática ao Vale do Chiana, território florentino, onde estavam ocorrendo rebeliões. Daí escreveu *Do modo de tratar os povos do Vale do Chiana rebelados*, em que começa narrando o que Lúcio Fúrio Camilo, personagem romano eternizado por Tito Lívio, que havia vencido os povos latinos rebelados contra Roma, propôs ao senado num momento de deliberações sobre esses povos.<sup>4</sup> Alguns desses foram feitos cidadãos para evitar mais rebeliões, mas um deles recebeu castigo maior: teve sua cidade destruída e seus cidadãos passaram a habitar Roma. Por considerar que as cidades do

---

<sup>3</sup> Termo que, em Maquiavel, significa povo no sentido de público e que faz oposição com *particolare* (particular, privado).

<sup>4</sup> Historiador romano que viveu entre os sécs. I a.C. e I d.C. e escreveu a *História de Roma*, obra constituída por 142 livros dos quais nos restaram 35. Trata-se de um dos escritores antigos mais apropriados por Maquiavel para a produção de seus textos, especialmente os *Discursos* em que, como ele próprio afirma, faz uma (re) escritura dos primeiros dez livros de Tito Lívio, comparando os acontecimentos por este narrados com os exemplos modernos.

Vale do Chiana faziam coisas semelhantes às dos povos latinos, aconselha: “[...] se é verdade que a história ficaria [sic] a mestra das nossas ações, não é mal para quem devia punir e julgar as cidades do vale do Chiana tomar exemplo e imitar aqueles que foram donos do mundo” (MAQUIAVEL, 1995, p.14). Assim, os distintos povos daquelas cidades deveriam ser tratados de maneiras peculiares, a exemplo do que fizeram os romanos.

Articula, portanto, os acontecimentos da vida política de que participava assiduamente com o que sabia a respeito dos antigos romanos, atuando ao mesmo tempo como um “homem de letras” e como um funcionário da república florentina. Sua experiência, como nos diz Ridolfi, parece ter fecundado sua leitura, pois “sem a experiência essa leitura teria permanecido estéril, sem essa leitura não teria saído a fazer experiência dela” (RIDOLFI, 2003, p.33). Leitura dos clássicos e de Tito Lívio que começou a se tornar possível desde sua mais tenra idade, quando Maquiavel recebeu uma educação clássica, voltada para o mundo latino. Seu pai, Bernardo, era advogado e chefe de uma família nem aristocrática, nem rica (SADEK, 1991, p.15). Tinha uma verdadeira paixão pelos livros, tanto de leis como de humanidades, já se beneficiando de exemplares impressos, visto que fazia poucos anos que a máquina de imprensa havia sido introduzida em Florença (CHARTIER, 1999). Do *volumen*<sup>5</sup>, material utilizado por Lívio para registrar os acontecimentos romanos, tem-se no contexto de Maquiavel, o *codex* impresso.<sup>6</sup> Por vezes, seu pai recebia livros como presentes por serviços prestados; foi assim que adquiriu as *Décadas* de Tito Lívio, conforme nos conta Ridolfi: “Recebeu de um dos primeiros editores florentinos, Niccoló della Magna, um exemplar impresso de Lívio para compilar o índice toponomástico, e como remuneração do longo trabalho [...] ficará com o desejado livro” (RIDOLFI, 2003, pp.18-19).

A presença de uma biblioteca clássica na casa do pai e o seu gosto pelos estudos parecem ter sido as primeiras motivações que levaram Maquiavel a tornar-se um leitor assíduo dos clássicos da antiguidade, sobretudo dos romanos. Da língua grega teria aprendido apenas os primeiros rudimentos. Aos sete anos, seguindo a tradição de educação da época, foi enviado ao primeiro professor para estudar as bases dos elementos da língua latina (RIDOLFI, 2003, p.19). Aos doze anos redigia em latim, mantendo a partir daí contatos caseiros com obras de escritores clássicos que constituíam a biblioteca de seu pai. Contatos que, provavelmente, se tornaram mais frequentes com sua entrada na Universidade de Florença, onde ‘recebeu a maior parte de sua

---

<sup>5</sup> Rolo de papiro usado para se escrever obras.

<sup>6</sup> Até o séc. II d.C., as obras tinham os livros de rolo como suporte, que foram substituídos nesse período pelo *codex*, material que possuía uma sequência de páginas, com um formato próximo do livro impresso que conhecemos (CAVALLO; CHARTIER, 2002, pp.17-18).

educação clássica” do seu mestre Marcello Adriani, suposto responsável pela nomeação de Maquiavel à Segunda Chancelaria de Florença, visto que ele, além de professor, era o primeiro secretário da cidade (ALMEIDA NETO, 1999, p.90). Mundo “letrado” e mundo da política caminhavam juntos.

Aristóteles, Boécio, Cícero e, claro, Tito Lívio formavam parte da lista de escritores registrada num livro de contas de seu pai. Ainda que cite nos *Discursos* diversos historiadores, como Salústio, Tácito, entre os latinos, e Tucídides, Políbio e Xenofonte, entre os gregos, foram as *Décadas* que se tornaram íntimas do florentino que chamava seu autor de “‘nosso Tito Lívio’ e ‘nosso historiador’” (GRAZIA, 1993, pp.13-14). Ridolfi chama a atenção para a leitura que Maquiavel fez dos gregos a partir de traduções latinas: “[...] de Platão a Aristóteles, de Xenofonte a Herodiano, de Tucídides a Políbio” (RIDOLFI, 2003, p.20). Dos antigos de maneira geral, acrescentemos Plutarco, Diodoro da Sicília, Juvenal, Quinto Cúrcio e, ainda, Avicena e Procópio de Cesaréia (AMES, 2000, p.63). Sadek comenta: “Maquiavel rejeita a tradição idealista de Platão, Aristóteles e Santo Tomás de Aquino e segue a trilha inaugurada pelos historiadores antigos, como Tácito, Políbio, Tucídides e Tito Lívio” (SADEK, 1991, p.17). Trata-se de uma marca de distinção entre Maquiavel e os humanistas de sua época, pois, se Bruni fala de uma Florença “ideal” influenciado pela leitura de Platão e Aristóteles, como já comentamos, o autor de *O príncipe* pretende ir direto à “verdade das coisas” (*verità delle cose*).

Sinais de uma considerável proximidade intelectual com a escrita liviana, cuja marca principal é a noção de verdade; com ela dialogou desde a adolescência até quando se viu exilado de Florença e tinha como único prazer a leitura dos clássicos. Do cotidiano vivido nesse período que passou em sua pequena propriedade rural em *Sant’Andrea in Percussina* a treze quilômetros de Florença, Maquiavel nos deixou informados numa carta que escreveu como resposta ao amigo Francesco Vettori. Entrega-se às atividades campestres e, sobretudo, às leituras dos antigos que pareciam suavizar a deplorável situação que ele próprio julgava estar vivendo. Começa descrevendo sua ida ao bosque após levantar-se com a chegada da aurora; sua passagem por uma fonte e por seu viveiro de pássaros; suas andanças carregando um livro debaixo do braço, às vezes Dante ou Petrarca, às vezes, Tíbulo ou Ovídio: “mergulho na leitura dos seus amores, e seus amores me relembram os meus” (MAQUIAVEL *apud* ARANHA, 1993, p.92). Prossegue narrando suas conversas com os que passavam pela estrada real; seu almoço com a companhia das pessoas “de casa”; seus momentos de lazer jogando gamão com um açougueiro, dois serventes de pedreiro e um moleiro. Atividade que o fazia lamentar a situação em que se encontrava, reclamando da maldade da fortuna que lhe jogou “tão para baixo”, lhe retirando do

cenário público em que vivia na cidade de Florença. Porém, o tom de reclamação diminui quando passa a relatar seus momentos noturnos em que tinha encontros com os antigos:

Caída a noite, volto para casa. Penetro em meu gabinete e, já na soleira da porta, tiro a roupa usada de todos os dias, coberta de lama e de lodo, para vestir-me com os hábitos de corte real e pontifícia; assim dignamente ataviado, penetro nos antigos recintos dos homens da Antiguidade. Acolhido com afabilidade por eles, sacio-me com o alimento que é por excelência o meu, e para o qual nasci. Nesse encontro, não sinto vergonha alguma em falar com eles, em interrogá-los acerca dos móveis de suas ações; e eles, em virtude da sua humanidade, me respondem. E assim, pelo espaço de quatro horas, não sinto o menor aborrecimento, esqueço todos os tormentos, deixo de temer a pobreza, e a própria morte não me atemoriza mais (MAQUIAVEL *apud* ARANHA, 1993, p.92).

É o momento de esquecimento dos males que o afligiam no exílio e, ao mesmo tempo, de lembrança das ações dos antigos. Transformou sua leitura desses em registros escriturísticos, informando que foi assim que produziu *O príncipe*: “[...] anotei desses colóquios com eles aquilo que julguei essencial e compus um opúsculo, *De principatibus*, onde aprofundo, da melhor maneira que posso, os problemas suscitados por tal assunto” (MAQUIAVEL *apud* ARANHA, 1993, p.92). Foi nesse momento de ócio que escreveu também os *Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio*, em que Maquiavel olha simultaneamente para o passado e para o presente, enxergando a corrupção das cidades italianas e a “perfeição” da “grandiosa” cidade: Roma. O passado se cruza com o presente, resultando num mosaico de imagens com cores e tamanhos variados. São marcas de um tempo de revalorização da cultura clássica e, ao mesmo tempo, de encantamento diante do “novo”.

Movimento já presente num documento escrito há mais de um século antes de Maquiavel. Trata-se de uma carta escrita a Tito Lívio a vinte e dois de fevereiro de 1350 pelo humanista Francesco Petrarca que, aliás, nos deixa um pouco estupefatos, em virtude das centenas de anos que os separam cronologicamente, equivalentes a cerca de mil e trezentos anos. Filólogo que se tornou conhecido pelo epíteto de “primeiro moderno”, Petrarca foi um dos humanistas que cunhou a expressão *medium tempus* para se referir ao período entre a antiguidade clássica e o seu próprio tempo; período que julgava, junto com outros humanistas, cheio de demérito no campo do conhecimento, diferentemente dos “tempos modernos” que se caracterizavam pela imitação dos clássicos da antiguidade, então bastante valorizados, como o historiador romano, Tito Lívio, a quem escreve tecendo grandes elogios:

Quisera (se do alto me tivesse sido permitido) ou ter nascido em tua época ou tu na nossa. Neste último caso a nossa própria época teria sido agraciada e no primeiro, eu pessoalmente. Eu certamente teria sido um daqueles peregrinos que te visitavam. Com o fim de te ver eu teria ido não apenas a Roma, mas deveras, desde a Gália ou Espanha até à Índia [...] (PETRARCA, 1910, p.101).

Com sua *scienza nuova*, Petrarca pretendia “limpar” os textos clássicos e livrá-los das alterações linguísticas promovidas pelos monges cristãos. Enquanto filólogo, foi responsável pela restauração do texto de Tito Lívio que, após ter sido desmembrado durante a idade média, passou por uma tentativa de restituição graças ao seu trabalho filológico e de outros humanistas, como Lorenzo Valla. Em carta endereçada a Tito Lívio, Petrarca diz que lamenta não poder ter acesso a toda sua obra, mas se regozija por poder manipular ao menos aquela parte que não tinha perecido:

Sabemos que escreveste cento e quarenta e dois livros sobre os negócios romanos. Com que fervor, com que zelo infatigável deves ter trabalhado; e de todo esse número o que permaneceu mal chega a trinta. [...] É sobre esses poucos remanescentes que eu laboro sempre que desejo esquecer estas regiões, estes tempos, estes costumes (PETRARCA, 1910, p.102).

À época, o trabalho com a obra de Tito Lívio marcou momentos fundamentais para o estabelecimento da historiografia moderna. Albanese conta que a última fase da restauração de Tito Lívio ocorreu na corte aragonesa de Nápoles e foi feita por seus historiadores oficiais, Valla, Panormita e Facio que trabalharam a partir de um *codex* de sua obra que havia sido doado por Cósimo de Médici ao rei Afonso de Aragão (ALBANESE, 2009, p.295). O humanista Giovanni Pontano confirma a prioridade desse historiador e a esta acrescenta o nome de Salústio, considerando a importância de outros historiadores, como Tácito e Cúrcio Rufo, ambos “dotados de peculiares e apreciáveis virtudes”. Porém, “[...] agora universalmente se têm por modelos exemplares mais perfeitos da historiografia latina Tito Lívio e Salústio, cada um representante de um diverso sub-gênero retórico da historiografia” (ALBANESE, 2009, p.322). O estilo retórico e o foco nos assuntos políticos podem ter sido os principais estímulos para o reconhecimento que ambos receberam dos humanistas italianos do séc. XV. Seja como for, Tito Lívio reaparece com bastante autoridade no cenário da renascença italiana, sobretudo, a florentina.

O próprio Petrarca transpõe temporalidades para exaltá-lo, lamentando a impossibilidade de manter contatos com aquele cuja obra lhe possibilitava esquecer seu próprio tempo “[...] em que os homens não valorizam nada além de ouro e prata e nada desejam além de prazeres físicos e sensuais” (ALBANESE, 2009, p.322). Agradece a Tito Lívio por tê-lo transferido para “épocas mais felizes” e por tê-lo “feito esquecer os males presentes”. Encontra na sua leitura um conforto para sua “miserável existência” devido à chance que esse lhe dá de viver em meio a homens tão gloriosos e que são muito distintos daqueles que formam a “furtiva companhia entre a qual nasci

sob uma má estrela”. Homens como, Cornelio Cipião Africano, Lélío, Fábio Máximo, Metelo, Bruto e Décio, Catão, Régulo, Cursor, Torquato, Velério Corvino, Salinator, Claudio Marcelo, Paulo Emílio, Fúlvio, Flamínio, Atílio, Quíntio, Cúrio, Fabrício, Camilo. Figuras que povoam a escrita de Tito Lívio e que são por esse colocadas como exemplos máximos que contribuiram para a grandeza de Roma e para sua ascensão à condição de maior império do mundo.

Petrarca se refere a duas temporalidades, devotando aos tempos antigos palavras de exaltação que se opõem às palavras de mágoa com que descreve os tempos que ele próprio denomina de modernos, no sentido de serem relativos ao seu presente. Sente-se bem enquanto “moderno” apenas na medida em que mantém contatos intelectivos com os antigos, donde Tito Lívio reaparece em seu texto quase como um deus que mereceria e atrairia, se ainda vivesse, suntuosas peregrinações em virtude das nobres palavras que teria traçado e dos nobres feitos que teria realizado.

Biondo Flavio (séc. XV), um dos nomes que constituíam a biblioteca do pai de Maquiavel, faz toda uma defesa de uma historiografia “renascentista” livre do “obscurantismo” medieval. Destaca no proêmio de sua *Italia illustrata* o empenho de sua geração em conhecer o passado ou a história da Itália; passado de glória cuja memória foi destruída após as “invasões bárbaras”. Diz ainda que no contexto “intermediário” da medievalidade faltavam homens de letras que pudessem registrar a memória dos fatos contemporâneos, o que permitiu que uma história de mil anos ficasse desconhecida em seu contexto. Mais grave do que isso foi a perda da memória de marcos geográficos das regiões, cidades, castelos e até mesmo das montanhas italianas, “[...] cujos nomes recorrem frequentemente nas fontes históricas antigas [...]” (BIONDO *apud* ALBANESE, 2009, p.319).

Biondo, portanto, identifica no período medieval uma espécie de decadência da historiografia que era bastante viva na antiguidade quando cônsules, senadores e príncipes não apenas liam obras de histórias, mas também deram suas colaborações “[...] na escrita da história compartilhando com os historiógrafos a glória de um tão prestigioso ofício” (BIONDO *apud* ALBANESE, 2009, p.319). Situação que, segundo ele, estava “renascendo” em sua Itália, numa época de maior conhecimento e estudo das letras, de “renascimento” das artes e da eloquência e de maior interesse por conhecer o passado. Diante de todo esse contexto de “luz” e não mais de “trevas” e considerando sua competência em relação à história da Itália, diz que sua maior intenção consiste em “[...] iluminar o obscuro passado de nossa Itália” (BIONDO *apud* ALBANESE, 2009, p.319). Para Albanese, o renascimento da historiografia na época humanista

teve uma relação direta, conforme deixa claro Biondo, com o valor à eloquência clássica, aos estudos de grego e latim e, claro, à redescoberta dos autores antigos.

Não obstante a relevância da historiografia grega para a moderna, Albanese considera que a latina também o foi por meio das reflexões de Cícero e Quintiliano, sobretudo no tocante às noções de verdade, princípio fundamental e de utilidade, finalidade maior da prática historiográfica. O eixo da política também foi acolhido pelos latinos, mesmo porque o próprio Cícero o considerava importante, já que a história deveria ter utilidade política. O cânone humanista recomendava a leitura de uma lista de historiadores romanos: Tito Lívio, Júlio César, Salústio, Cúrcio Rufo e Justino. Entre a invenção da imprensa no séc. XV e o séc. XVIII cerca de dois milhões e meio de obras de historiadores clássicos circularam pela Europa, com destaque, entre os latinos, para César, Salústio e Lívio e, entre os gregos, para Heródoto e Tucídides.

No rol das escolhas de leitura feitas por Maquiavel os romanos possuem um lugar privilegiado, especialmente Tito Lívio. Momigliano explica a preponderância dos romanos durante a renascença por entender que se tratava de um contexto que demandava uma história nacional, a qual não poderia ser baseada na tradição grega pelo seguinte motivo: “Os gregos nunca foram capazes de produzir uma tradição de história política nacional para si mesmos pela simples razão de que nunca estiveram politicamente unificados” (MOMIGLIANO, 2004, p.120). Tendo Tito Lívio como mestre, os romanos puderam transmitir uma noção de história nacional à renascença por ter estabelecido um império que, mesmo sendo cheio de disputas, tinha leis que foram fundamentais para a manutenção de sua unidade por um longo tempo. Dessa maneira, considera que Leonardo Bruni escreveu uma história de Florença a partir de uma “imitação consciente” de Lívio e que o próprio Maquiavel escreveu sua *História de Florença* seguindo os caminhos propostos à época para a produção de uma história nacional.

Diante da quantidade de historiadores antigos redescobertos, traduzidos e lidos durante a renascença, Albanese ressalta que a definição de historiografia desse período como “*ars* da escrita da história” dependia da teoria historiográfica estabelecida por escritores antigos, como Cícero e Quintiliano, entre os latinos e Aristóteles e Luciano, entre os gregos. A autora analisa uma carta do humanista Coluccio Salutati de 1392 em que aponta as primeiras teorizações sobre o modo de escrever a história: “O objetivo do historiador [*historicos*] é transmitir aos pósteros a memória da história [*rerum gestarum memoriam*] a fim de que estes possam superar ou igualar a virtude de seus antepassados imitando os exemplos dos reis, nações e homens ilustres” (SALUTATI *apud* ALBANESE, 2009, p.290). Regras que se apoiavam na lição ciceroniana de que a história deveria se constituir como mestra da vida (*magistra vitae*). Salutati diz ainda que as “sagradas escrituras” só

suscitavam o deleite e a atenção dos leitores por serem preenchidas por elementos históricos, pois são estes que lhe conferiam algum tipo de utilidade. A história tem, pois, como principal fundamento os *exempla*, que servem de orientação aos homens. Guarino Veronese conferiu um tratamento mais orgânico à “arte histórica” em meados do séc. XV, fazendo todo um apelo à imparcialidade do escritor que deveria estar livre de quaisquer paixões que viessem a ferir seu caráter incorruptível, assim como, seguir leis próprias a sua “profissão”. Chama a atenção para uma noção que para autores, como Maquiavel, era a razão para a história ser útil: a verdade.

Com efeito, a finalidade primeira da história e seu único escopo é a utilidade, a qual deriva de sua intrínseca profissão de veracidade, pelo que, graças ao conhecimento do passado, o espírito humano se torna mais hábil em suas ações e é estimulado a buscar a virtude, a glória e outras qualidades similares por meio da imitação (VERONESE *apud* ALBANESE, 2009, p.292).

Ideia presente em Maquiavel que pensa a verdade como meio e a utilidade como o fim da história.

Mas, sendo a minha intenção escrever coisa útil [*scrivere cosa utile*] a quem a escute, pareceu-me mais convincente ir direto à verdade efetiva da coisa [*verità della cosa*] do que à imaginação [*immaginazione*] dessa. E muitos imaginaram repúblicas e principados que nunca foram vistos, nem conhecidos de verdade. Porque há tanta diferença entre como se vive e como se deveria viver, que quem deixa aquele e segue o que se deveria fazer apreende mais rapidamente a sua ruína que a sua preservação [...] (MAQUIAVEL, 2007b, p.153).

Trata-se de um conhecido comentário de Maquiavel que levou muitos analistas a lhe atribuir o epíteto de “pai da ciência política moderna” ou de fundador da noção de “realismo político”. Com efeito, ao afirmar que irá tratar das coisas como elas são e não como elas poderiam ser, numa clara tentativa de distanciamento dos seguidores de Platão, Maquiavel opera no mínimo um afastamento em relação às ideias de alguns humanistas de seu tempo, muitos dos quais se preocuparam em conferir qualidades morais (cristãs ou clássicas) aos príncipes (SKINNER, 1996, pp.147-48), ao invés de dar conta da “realidade concreta”.<sup>7</sup>

Maquiavel entende que a imaginação (razão sem história) não garante a clareza do conhecimento, precisando ser acompanhada por exemplos históricos que lhe fundamentem: “Maquiavel desqualifica aqui o que poderíamos chamar de pensamento abstrato da política ou, ainda, de ideal, assimilando-o a imaginação ou fantasia” (ARANOVICH, 2007, p.28). Daí a relevância do papel da história em sua obra e o recurso aos exemplos narrados por Tito Lívio; exemplos que assumem, em Maquiavel, a função de testemunho e evidência das opiniões que

---

<sup>7</sup> Discordando da democracia, Platão defendia uma forma de governo em que os “sábios” filósofos fossem os governantes. Governo por ele localizado no “mundo das idéias”, única instância, aos seus olhos, verdadeira, pois que o “mundo material” para ele se constituía de opiniões “irreais” (PLATÃO, 1973).

discerne sobre e para seu tempo, conforme podemos ver: “E, embora os exemplos acima sejam suficientes para prová-lo, quero aduzir outro, narrado por Tito Lívio em sua história” (MAQUIAVEL, 2007a, p.36). Usa os exemplos, portanto, com uma dupla intenção: tanto para tomá-lo como fonte de autoridade para os argumentos construídos sobre a política no presente, como para reivindicar do passado modelos de imitação. São esses dois movimentos que marcam os argumentos que apresenta nos *Discursos*.

Em se tratando dessa obra, no entanto, o que mais nos interessa é a preocupação de Maquiavel em tratar das coisas humanas com base na “verdade” e naquilo que “aconteceu”. Frequentemente, faz paralelos entre as palavras *verità* e *immaginazione* para tornar clarividente sua distinção com a tradição dos humanistas de que é herdeiro, pois se coloca como um escritor que pretende dizer as coisas que aconteceram, das quais selecionará, sobretudo, as tensões e os conflitos que foram ou são movidos pelos desejos e ódios humanos. Entende que são esses temas, próprios da natureza humana, que poderão fazer da história um conhecimento útil. É preciso fazer aflorá-los por meio da escrita para que saiam da intimidade dos indivíduos e se tornem públicos, pois apenas sendo expostos é que ganharão utilidade. Em *História de Florença*, opera um afastamento com os historiadores que lhe antecederam por não concordar com o tema que elegiam como protagonista de suas histórias:

[...] encontrei que foram diligentíssimos na descrição das guerras levadas pelos florentinos contra os príncipes e os povos forasteiros, porém das discórdias civis e das intrínsecas inimizades, e das consequências que delas nasceram, tendo totalmente calado uma parte e outra brevemente descrito, nenhum prazer ou utilidade os leitores podem obter (MAQUIAVEL, 1998, p.31).

Pensava os conflitos e a desarmonia como o tema por excelência da história que escreveu sobre Florença, sob encomenda de funcionários da Universidade dessa cidade, em 1520. Para ele, escrever sobre as divisões era uma tarefa útil porque poderia fomentar a unidade a partir de seu inverso ao sugerir a percepção de seus efeitos ruins:

Porque se alguma coisa apraz e ensina na história, é a detalhada descrição; se alguma lição é útil aos cidadãos que governam as repúblicas, é precisamente a exposição dos motivos dos ódios e divisões das cidades, a fim de que possam, com outros casualmente tornados sensatos pelos perigos da experiência alheia, manter-se unidos (MAQUIAVEL, 1998, p.31).

A admissão de que os homens sentem ódio e inveja e de que esses sentimentos em muito influenciavam as ações no campo da política era importante para a resolução dos seus problemas.

Maquiavel entendia que se por volta do séc. XV a “Itália” estava vivendo sob frequentes guerras entre suas cidades e ainda suportava a presença de “príncipes menores” que queriam apenas conquistar riqueza e poder pessoal, em suas origens a situação era diferente. Sua história estará repleta de “ociosos príncipes” e de “vilíssimas armas”, porém considera importante retroagir para o período das origens de Florença para “[...] amplamente fazer ver a todos qual era o estado desta cidade naqueles tempos, e como tinha chegado a isso através de tantas vicissitudes ocorridas na Itália ao longo de mil anos” (MAQUIAVEL, 1998, p.81). Diante de um presente cheio de confusão, o passado recebe ares de harmonia e união.

Nesse ínterim, Maquiavel elogia uma Roma do passado e, paralelamente, critica a “nova Roma”: Florença. Ao longo dos *Discursos*, o que faz é comparar a Roma republicana eternizada por Lívio e as cidades italianas, em especial, Florença. Do jogo comparativo entre ambas, é que tenta provocar o efeito do aprendizado, visto confiar em demasiado na boa conduta da “cidade eterna”, Roma, e de seus habitantes em razão da glória e da liberdade que considera ter conquistado e mantido durante tanto tempo. Olha para o passado como um tempo fértil de lições e lança de imediato expectativas para o presente. Elabora uma espécie de projeto político para Florença e demais cidades italianas a partir do que visualiza na Roma que reedifica, recolocando em seu cenário vários exemplos romanos que prefiguram na narrativa de Lívio. Acreditava, por certo, nas benesses que eles trariam para a Florença do séc. XVI e, por conjectura, para a posteridade.

Se os usos que Maquiavel fez da historiografia liviana contribuíram para suas navegações por “águas e terras desconhecidas” (MAQUIAVEL, 2007a, p.05), podemos dizer que ele elaborou um pensamento político que se pretendia “novo” a partir de diálogos com as memórias de um passado imortalizado na imensa obra de Lívio. Desse modo, chegamos a um ponto de convergência (ou divergência) com a hipótese central de nossa análise: a noção de política baseada na “verdade das coisas” foi possível de ser construída em grande parte em função da tradução e da recepção que Maquiavel fez de um gênero discursivo que tinha como tópica a narrativa de fatos “verdadeiros”: a história e, particularmente, a escrita liviana.

Em primeiro lugar, Maquiavel estabeleceu um conjunto de operações para que pudesse conferir inteligibilidade/utilidade a uma obra que, junto com as demais produções dos antigos, estava, segundo ele, sendo utilizada pelos leitores de seu tempo apenas para satisfação de seus prazeres. Pretendia que os exemplos históricos presentes na obra de Lívio se tornassem

funcionais no âmbito da política moderna/florentina e para isso precisava traduzi-los e (re)significá-los. Além disso, considerava necessário tornar a obra desse historiador verdadeira e útil para seu contexto, visto que sua intenção era que os homens de seu tempo imitassem os romanos aí presentes. Talvez por seu interesse em fazê-lo é que se preocupou em encontrar “novos modos e ordenações”, como se quisesse ser lembrado por sua ousadia, mesmo que essa tarefa fosse tão perigosa quanto a tarefa dos navegadores e exploradores dos “novos mundos” que na época eram “descobertos” pelos europeus (GRAZIA, 1993, p.28). Promoveu uma imitação da obra do “mestre da história nacional” (MOMIGLIANO, 2004, p.120) da renascença e desejava que seus leitores imitassem a sua própria obra. Pretendia trazer benefícios a todos e por isso resolveu perambular por caminhos virgens, ainda não trilhados por ninguém. Queria construir o “novo” com base no “antigo”, pois percebia que em sua época este era alvo de celebrações. Por isso, marca de imediato, nas primeiras linhas dos *Discursos* sua intenção de escrever coisa útil ao pontuar três elementos que poderiam tornar sua obra insuficiente e de pouca utilidade: “engenho pobre”, “pouca experiência das coisas terrestres” e o “pequeno conhecimento das antigas” (MAQUIAVEL, 2007a, p.05).

Argumento retórico de quem atribui a si o epíteto de conhecedor por excelência das “coisas do mundo”, sejam elas antigas ou modernas. Mais ainda, de um escritor que pretendia tornar úteis as histórias antigas, visto que no campo das artes, do direito e da medicina os homens costumavam imitar os tempos antigos. Porém, no mundo da política apenas admiravam-nos, não se dispendo a imitá-los. Cenário que Maquiavel desejava modificar por se sentir incomodado no que toca à ausência de imitação por parte dos principados e das repúblicas italianas, “[...] na ordenação das repúblicas, na manutenção dos estados, no governo dos reinos, na ordenação das milícias, na condução da guerra, no julgamento dos súditos, na ampliação dos impérios [...]” (MAQUIAVEL, 2007a, p.06). Elementos que se encaixam no que entende por política e que são desenvolvidos ao longo dos *Discursos* através dos exemplos que selecionou entre aqueles narrados nos dez primeiros livros de Lívio. Acreditava, por exemplo, que as antigas instituições militares poderiam, até certo ponto, serem restabelecidas em sua Florença por mais que vivesse numa cidade bastante corrompida por culpa dos erros humanos. A vida dos romanos e a organização de sua república poderiam ser revividas “[...] numa civilização onde restam alguns elementos sãos” (MAQUIAVEL, 2005, p.25). A permanência de pequenos indícios da *virtù* antiga poderia servir como demonstração para os homens de que ainda era possível reorganizar suas cidades; porém, o principal exercício a ser feito era a imitação das ações antigas, cujas narrativas passaram

por um processo de “modernização”, no sentido de terem sido modificadas de acordo com os “novos” tempos.

Maquiavel declara ainda mais sua indignação com essa “falha” dos homens de seu tempo ao informar que se observa, de um lado, uma recorrência à antiguidade quando da compra de alguns de seus caros fragmentos de estátuas para adornar casas e, de outro, uma simples admiração das “[...] virtuosíssimas ações que as histórias [*istorie*] nos mostram, ações realizadas por reinos e repúblicas antigas, por reis, comandantes, cidadãos, legisladores e outros que se afadigaram pela pátria [...]” (MAQUIAVEL, 2007a, p.06). Diz sentir-se ao mesmo tempo admirado e condoído com a falta de imitação dessas ações e, mais grave do que isso, com a perda dos sinais que lembram a *virtù* antiga. Quer servir como elo de mediação entre os antigos e os modernos de modo a impedir o esquecimento das ações daqueles em seu tempo.

Por isso é que se encarregou de afastar os homens (sobretudo, governantes) desse erro, propondo-se a (re) escrever os livros de Tito Lívio em seus *Discursos*, selecionando a partir do que sabe das coisas antigas e modernas (*delle antiche e moderne cose*), o que “[...] julgar necessário ao maior entendimento [*intelligenza*] deles, para que aqueles que lerem estes meus comentários possam retirar deles mais facilmente a utilidade [*utilità*] pela qual se deve procurar o conhecimento [*cognizione*] das histórias [*istorie*]” (MAQUIAVEL, 2007a, p.07). Propõe-se a levar o “outro” ao “próprio” a partir de procedimentos de “tradução” com que se esforçou por tornar Lívio inteligível no séc. XVI:

Um narrador, pertencente ao grupo *a*, contará *b* às pessoas de *a*: há o mundo em que se conta e o mundo que se conta. Como, de modo persuasivo, inscrever o mundo que se conta no mundo em que se conta? Esse é o problema do narrador. Ele confronta-se com um problema de *tradução* (HARTOG, 1999, p.229).

Trata-se de um problema que Maquiavel tentou solucionar a partir de uma série de estratégias autorais com as quais acabou construindo uma espécie de “edição moderna” da obra de Lívio: retirou passagens “desnecessárias” para o seu tempo, acrescentou acontecimentos modernos para fins de comparação com os antigos, construiu argumentos políticos ausentes na narrativa liviana, excluiu com frequência trechos de caráter moralista, entre outros exercícios típicos de um autor que pretendia rearranjar uma obra da antiguidade romana para os tempos que anunciavam a modernidade. Ao fazer uso da história e das “experiências modernas”, Maquiavel terminou por conferir a seu conceito de política uma peculiaridade que o tornou conhecido pela posteridade como um escritor que desceu ao subsolo da vida cotidiana narrando acontecimentos

que durante muito tempo ficaram esquecidos por um tipo de pensamento político mais interessado em dizer como as coisas deveriam ser do que como elas eram.

Recebido para publicação em 26/03/2012

Aprovado para publicação em 04/06/2012

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA NETO, Manoel. **O tempo nos Discorsi de Maquiavel**. Minas Gerais: UFMG, 1999 (dissertação de mestrado em Filosofia).
- AMES, José Luiz. **Maquiavel: a lógica da ação política**. Campinas-SP: Unicamp, 2000 (tese de doutorado em Filosofia).
- ALBANESE, Gabriella. A redescoberta dos historiadores antigos no Humanismo. In: PIRES, Francisco Murari (org.). **Antigos e modernos: diálogos sobre a (escrita da) história**. São Paulo: Alameda, 2009.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Maquiavel: a lógica da força**. São Paulo: Moderna, 1993.
- CAVALLO, Guglielmo. Entre o *volumen* e o *codex*: a leitura no mundo romano. In: CAVALLLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 2002, v. I, pp. 71-102.
- CHARTIER, Roger. Conferencia magistral con Roger Chartier: “las revoluciones de la lectura: siglos XV-XX”. In: **Humanidades: Tecnológico de Monterrey**, México, nº 07, 1999, pp. 91-110.
- GARIN, Eugénio. **Ciência e vida civil no Renascimento italiano**. São Paulo: Unesp, 1996.
- GRAZIA, Sebastian de. **Maquiavel no inferno**. São Paulo: Companhia das letras, 1993.
- HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- HIBBERT, Christopher. **Ascensão e queda da casa dos Médici: o renascimento em Florença**. São Paulo: Cia das Letras, 1993
- LARIVAILLE, Paul. **A Itália no tempo de Maquiavel**. São Paulo: Cia das letras, 1988.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **A arte da guerra**. São Paulo: Rideel, 2005.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **Discursos sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007a.
- MAQUIAVEL, Nicolau. Do modo de tratar os povos do Vale Chiana rebelados. In: MAQUIAVEL, Nicolau. **Escritos Políticos**. Bauru-SP: Edipro, 1995.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **História de Florença**. São Paulo: Musa Editora, 1998.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe**. São Paulo: Hedra, 2007b (edição bilíngue).
- PETRARCA. **Carta a Tito Lívio**. Chicago: The University of Chicago Press, 1910, In: <http://www.ffch.usp.br/dh/heros/antigosmodernos/renascimento/petrarca/cartas/livio.htm>, Acesso em 08 de setembro de 2009.
- RIDOLFI, Roberto. **Biografia de Nicolau Maquiavel**. São Paulo: Musa Editora, 2003.

SADEK, Maria Tereza. Nicolau Maquiavel: o cidadão sem *fortuna*, o intelectual sem *virtù*. In: WEFFORT, Francisco C. **Os clássicos da política**. São Paulo: Ática, 1991.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

TENENTI, Alberto. **Florença na época dos Médici**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

TITO LÍVIO. **História de Roma**. São Paulo: Paumape, 1989 (vol. I-VI).

## Por Uma Verità Effetualle Della Cose: usos da História Antiga no discurso Político de Maquiavel

### Resumo

O artigo analisa como a leitura que Maquiavel fez dos escritores antigos/ romanos, em especial de Tito Lívio, contribuiu sobremaneira para sua concepção moderna de política, baseada na “verdade efetiva das coisas”. Observou-se que a atenção dada pelo escritor florentino a acontecimentos do cotidiano político das cidades antigas e modernas tem a ver com a apropriação que ele fez do discurso historiográfico antigo, visto ser este caracterizado pela tópica da “verdade” e pela preocupação em narrar as coisas que aconteceram e não as coisas que poderiam acontecer. Neste sentido, foi feito um mapeamento do contexto da Florença renascentista e da recepção que os escritores greco-romanos aí tiveram, sobretudo, no que se refere às condições sócio-culturais que contribuíram para o acesso da obra de Tito Lívio por Maquiavel. Por outro lado, rastreamos nos *Discursos* de Maquiavel comentários que convergem para o argumento de que seus diálogos com a história antiga, além de seu contato com a “experiência dos modernos”, contribuíram em grande medida para a produção de um conhecimento “realístico” da vida política.

**Palavras-chave:** Maquiavel; Política moderna; História da Roma Antiga.

## Towards *Verità Effetualle Della Cosa*: usage of Ancient History in Machiavelli's political discourse

### Abstract

The article analyses the Machiavelli readings about ancient writers/Romans, especially Titus Livy, contributed for its modern conception of politics, based on “effective truth of things”. It was observed the attention by the Florentine writer to the daily political events of the ancient and modern cities has to do with his appropriation of the historiographic discourse, characterized by the topic of “truth” and the concern to narrate the things that happened and not the things that could happen. In this sense, a mapping was done on the Renaissance Florence context and of the Greco-Romans writers reception were there, principally with regard to social-cultural conditions that contributed to access Titus Livy work by Machiavelli. On the other hand, we traced in the Machiavelli Discourses comments that converge to the argument that his dialogues with ancient history, as well as your contact with “experience of moderns”, greatly contributed to “realistic” knowledge production of the political life.

**Keywords:** Machiavelli; Modern Politic; History of Ancient Rome.